

Da inação ao engajamento: a atuação da Índia nas crises de 1990 e 2008 e sua estratégia no G20

Leonardo César Souza Ramos

Rajneesh Verma

Vinícius Tavares de Oliveira

Resumo

Este trabalho tem por objetivo compreender as estratégias da Índia no G20 Financeiro na resolução da crise de 2008 e compará-las com sua atuação na crise asiática de 1990. A escolha deste fórum (G20) se dá por alguns motivos: (i) o G-20 é um fórum relativamente novo, que nos últimos anos vem sendo o palco das grandes negociações internacionais e (ii) grandes decisões, como a recente reforma do FMI, foram tomadas no fórum. Nossa hipótese é que a diferença nos posicionamentos (em 1990 de inação e em 2008 de ação participativa e reformista) se deve em larga medida ao fato da ordem em 1990 não abrir grandes espaços para iniciativas de reforma das instituições internacionais. À época, o predomínio do pensamento neoliberal associado ao fato da crise eclodir na (semi)periferia desse sistema leva tais países a serem culpados – não porque adotavam o modelo neoliberal, mas porque não o cumpriam de maneira efetiva e integral. Já em 2008, o que se vê é uma crise no centro do sistema, gerando questionamentos ao ordenamento neoliberal e abrindo espaço para debates acerca de sua possível transformação. Sendo assim, a Índia adotara uma postura de inação em 1990 porque não percebeu a crise como oportunidade para se inserir de maneira diferenciada no sistema internacional. Ao contrário, em 2008, a Índia percebe que seria o momento mais apropriado para engajar-se em debates multilaterais e bilaterais para tentar promover reformas e, assim, conseguir uma maior projeção no âmbito da economia política internacional.

Palavras chave: Índia, G20, Potências Médias, Potências Emergentes, Neoliberalismo, Crise.

INTRODUÇÃO

A crise atual mostra que a Índia não pode se proteger totalmente contra os perigos da finanças globais virando as costas para eles, da mesma forma que ela não pode defender a sua posição nas negociações comerciais ao ignorá-los como fez na crise asiática de 1997. O fato de que crises dessa magnitude são relativamente raras, evidencia que outra oportunidade de reestruturar o sistema financeiro, e ganhar mais poder, pode não chegar tão cedo. (COX, 2009)

No âmbito das Instituições Financeiras Internacionais, a atuação da Índia no G20 é análoga à sua atitude em relação ao Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT). A Índia é um membro fundador do GATT, mas não foi um protagonista ativo nas primeiras oito rodadas comerciais. O país estava interessado em preservar sua atividade industrial em nome de sua autossuficiência e do modelo vigente à época de substituição de importação. (BERY, 2011)

Após a rodada do Uruguai, que criou a OMC, a Índia teve duas mudanças de comportamento, advindo de possibilidades e ocorridas ainda nos primeiros anos de vida da instituição. Em primeiro lugar, a Índia perdeu várias disputas no tribunal da OMC, o que a obrigou a enrijecer legislações de proteção intelectual, além de ter de ter sido forçada a remover algumas barreiras alfandegárias. Assim, a Índia percebeu que caso quisesse desfrutar de sua “posição que lhe era de direito”, ela teria que conquista-la e defendê-la ativamente. (BERY, 2011)

Sendo assim, este trabalho buscará explicar e entender a atuação indiana durante as crises de 1997 e 2008, dando ênfase especial em sua atuação no G20 e em como estas posturas se diferenciaram e passaram, em um primeiro momento, da inação – com relação à crise de 1997 – ao engajamento – com a crise de 2008.

Enquanto hipótese central, acreditamos que dinâmicas internas e externas, explicariam os diferentes comportamentos da Índia em relação à crise de 1997 com a de 2008. Em primeiro lugar, em 1997 a Índia ainda estava se inserindo no sistema capitalista neoliberal internacional, sendo que sua liberalização apenas se conclui em 1995. O país, portanto, não estava tão incorporado ao sistema quando a crise eclode em 1997 e, além disso, tinha outras preocupações domésticas que emergiram após sua liberalização (como, por exemplo, manter o apoio dos empresários tradicionais indianos que sofreram

com a liberalização e a introdução de uma economia aberta enquanto suas empresas não eram competitivas).

Externamente, a crise da Ásia se diferencia da de 2008 em dois aspectos: primeiro, em relação aos mais afetados e segundo pela disposição dos países em reformar o sistema internacional.

Em 1997 os países mais afetados eram os da periferia do sistema capitalista internacional e, então, alguns analistas afirmaram que era a falta de políticas neoliberais que gerou a crise; a resposta óbvia para retomar o crescimento era, então, reafirmar o status quo vigente e, com ele, a condição de periferia dos Estados afetados. Assim sendo, o ordenamento internacional não estava, portanto, suscetível a reformas em suas estruturas de poder.

Já em 2008 a crise se origina e afeta sobremaneira os Estados do centro (EUA e Europa), enquanto que os da chamada periferia sofrem proporcionalmente menos. Sendo assim, cria-se a oportunidade de um discurso reformista, onde as bases decisórias e de poder internacional deveriam ser repensadas, já que um modelo neoliberal por excelência levou a uma crise de proporções e magnitudes comparáveis a de 1929. Isso abriria espaço para uma atuação dos países emergentes para questionar não o ordenamento em si, mas como ele se manifesta nas instituições internacionais.

A Índia, neste contexto, de acordo com a hipótese levantada aqui, percebe que o momento de 2008 é mais propício para alcançar o seu suposto lugar de direito e destaque no cenário internacional e, portanto, passa a se engajar mais no G20. Essa percepção de que o momento de conquistar o objetivo está em ordem se dá principalmente em 2010 quando o G20 concorda em reformar o sistema de quotas do FMI, criando, nas palavras do então presidente Dominique Straus-Khan, “a maior reforma que o Fundo já passou”. Esta seria a manifestação evidente de que o momento era de mudanças e que a Índia poderia se beneficiar com isso. A partir de então o país passa a se engajar ainda mais no fórum, movimento que não era observável nas cúpulas de 2008 a 2009.

Adicionalmente, à época da crise de 1997, a Índia não era vista pelos demais atores do sistema internacional enquanto ator central para a resolução de uma crise de tal magnitude. Não só a economia do país havia a pouco se integrado ao sistema, mas também essa não possuía a pujança que possui atualmente.

Para alcançarmos nosso objetivo, dividiremos o artigo da seguinte forma: a primeira parte será dedicada a apresentar a forma pela qual a Índia se inseriu e integrou

no sistema econômico e financeiro internacional. Aqui, apresentaremos um histórico econômico da Índia desde a década de 1970 até os dias atuais; na segunda parte, apresentaremos rapidamente o processo de criação do G20; na terceira parte remontaremos brevemente o histórico e os impactos da crise asiática de 1997, bem como a postura da Índia em relação à essa; na quarta parte, abordaremos o posicionamento indiano durante e após a crise de 2008, dando foco principal para esse posicionamento no âmbito do G20 financeiro. Aqui, traremos discursos e documentos proferidos e apresentados pelo governo indiano de reforma da crise econômica atual.

Conforme apresentado anteriormente, apresentamos a hipótese de que o comportamento diferenciado nos dois momentos é fruto de questões de ordem tanto doméstica quanto externa.

O PROCESSO DE LIBERALIZAÇÃO DA ECONOMIA INDIANA

Nesta sessão, apresentaremos os caminhos trilhados pela Índia no sentido de liberalizar e se integrar cada vez mais com a economia internacional. A partir do entendimento de como a Índia foi incorporada no sistema econômico e financeiro internacional, poderemos entender, também, as reações e posturas adotadas nos dois momentos analisados neste artigo.

O legado dos controles em uma economia autoconfiante: 1947-1974

A economia mista da Índia nasceu após sua independência. O paradigma do modelo de substituição de importações deu base às estratégias indianas e criou uma aversão ao regime de desenvolvimento baseado em dinâmicas mercadológicas. Acreditava-se que as indústrias nascentes, especialmente as de alta tecnologia, requeriam uma ajuda substancial do aparato estatal até que essas ficassem mais robustas e pudessem, finalmente, competir em igualdade no comércio internacional. Ademais, o comércio não era visto como um elemento indispensável para o crescimento. (Ganguly & Mukherji, 2011)

A disputa, entre radicais e moderados dentro do Partido do Congresso, sobre qual seria o nível de intervenção ótimo do estado na economia Indiana após a independência produziu um compromisso de uma posição de comando do estado nos anos 1950. O Vice

Primeiro Ministro, Vallabhbhai Patel (1947-50) era contrário à posição de Jawaharlal Nehru e sua ideia de manter grandes intervenções estatais. Nehru era um social democrata que acreditava que as instituições de política e economia liberais nunca poderiam manter um crescimento econômico associado à redistribuição dos ganhos. Os anos 1950 testemunharam grandes intervenções estatais na atividade industrial e o nascimento do sistema de licenciamento industrial, que fazia necessário que as companhias buscassem permissões do governo antes de iniciarem seus negócios. (Ganguly & Mukherji, 2011)

Nehru estava impressionado com o modelo planejado Soviético, baseado em uma industrialização rápida e intensiva em capital. Assim, ele promoveu uma Comissão de Planejamento muito poderosa e tecnocrática e o envolvimento do estado nas atividades econômicas miravam atingir este objetivo da planificação econômica. A industrialização à base de capital restringia os recursos disponíveis para o desenvolvimento agrícola durante o Segundo Plano Quinquenal entre 1956 e 1961. O orçamento destinado à agricultura foi substancialmente reduzido durante este período. Os planejadores estavam otimistas de que reformas agrárias e o cultivo cooperativo, baseado em pequenos produtores que participariam voluntariamente na administração destas fazendas, iria incentivar o crescimento agrícola. Os líderes do Partido do Congresso e o Ministro da Agricultura se opuseram, sem sucesso, à escassez de investimento na agricultura. A escassez de recursos necessários para financiar as importações essenciais produziu uma crise cambial em 1957, apesar do abandono da agricultura. (Ganguly & Mukherji, 2011)

A Índia enfrentou algumas incertezas após a morte de Nehru em 1964. O país vive de carregamentos subsidiados de trigo vindos dos Estados Unidos através do programa 480 da Lei Pública do país. Os EUA eram céticos sobre os méritos do programa de planificação indiano, o qual era creditado os problemas de implementação e mobilização de recursos. (Ganguly & Mukherji, 2011)

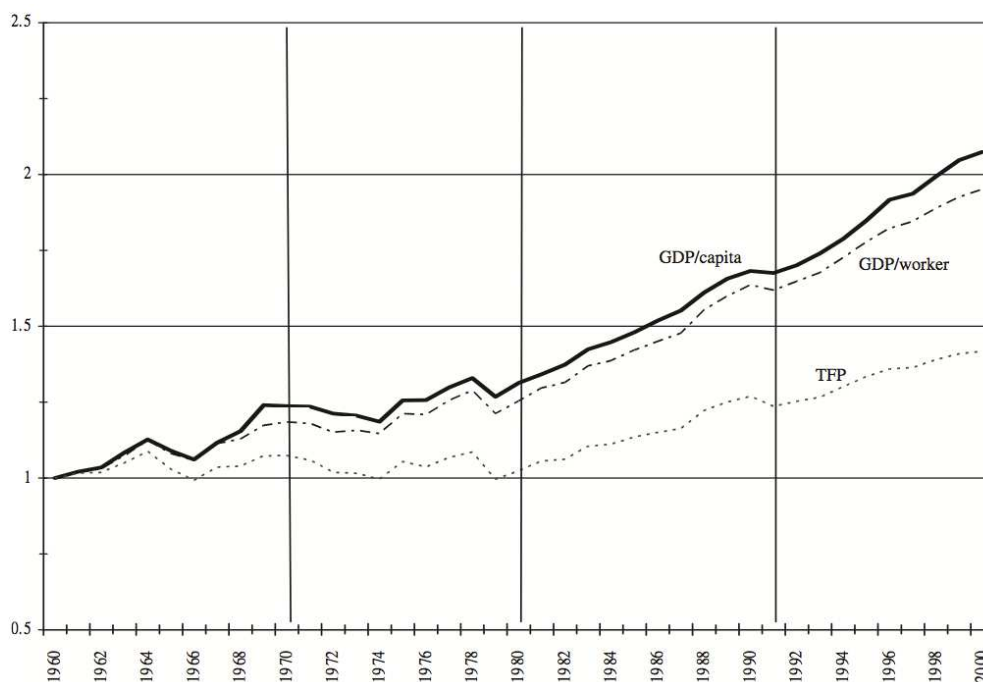
O sucessor de Nehru, Lal Bahadur, Shastri (1964-6) iniciou mudanças significativas na política econômica indiana. Ele herdou o problema cambial e tinha que lidar também com a guerra contra o Paquistão de 1965. O país também enfrentava um declínio na produção de grãos e forte inflação. Shastri respondeu à crise de maneira distinta da qual Nehru havia feito anos atrás. Em primeiro lugar, deu-se prioridade à agricultura; em segundo lugar, o poder da Comissão de Planejamento, que favorecia a

industrialização intensiva em capital sob o desenvolvimento agrícola, foi extinto; em terceiro lugar, as decisões eram tomadas para alinhar a política econômica indiana com o relatório da Comissão Bell do Banco Mundial de 1965 porque a assistência ao desenvolvimento era considerada crucial para o crescimento econômico. Conseqüentemente, o governo decidiu por desvalorizar a Rúpia, liberalizar as importações e aumentar o papel do investimento privado externo. (Ganguly & Mukherji, 2011)

A década de 1980 e as raízes do crescimento

Como foi visto, a década de 1970 lançou bases para que a mudança fosse pensada na Índia. A crise cambial de 1965-6 afetou gravemente o país e serviu de incentivo para que alguns processos fossem alterados. A década de 1980, por sua vez, assistiu a grandes mudanças e é por isso que é considerada como a época que lançou as bases para o desenvolvimento contínuo e acelerado indiano. Nesta sessão, mostraremos que o crescimento econômico da Índia precede a liberalização 1991 por uma década inteira, sendo remontado exatamente à década de 1980 (Rodrik, 2005). Além disso, conforme podemos observar o gráfico abaixo, o crescimento indiano muda substancialmente em 1980, mantendo apenas a tendência no momento após liberalização.

Gráfico 1 – Performance Econômica na Índia 1960-2000



Fonte: Bosworth e Collins (2003) *apud* Rodrik, 2005.

Rodrik (2005) defende que esse crescimento é fruto de uma mudança atitudinal na maneira pela qual a Índia produzia suas políticas econômicas. A retórica do Partido do Congresso tinha sido o socialismo e políticas pró-pobres. Quando Indira Gandhi retornou ao poder em 1980, ela realinhou-se politicamente com o setor privado organizado e deixou a retórica anterior. A atitude do governo nacional em relação às empresas deixou de ser abertamente hostil e passou para o apoio. A mudança de Indira Gandhi foi reforçada, de uma forma mais explícita, por Rajiv Gandhi, depois de sua ascensão ao poder, em 1984. (Rodrik, 2005)

Essa mudança advém da distinção entre abordagens pró-negócios e pró-mercado. Antes de prosseguirmos com a regressão histórica das mudanças de políticas econômicas indianas, explicaremos brevemente a diferença entre as duas abordagens.

Abordagens pró-negócios e pró-mercado: mesmo conteúdo, formas diferentes

Pode-se dizer que as duas abordagens são eminentemente liberais e, portanto, possuem conteúdos semelhantes; mas a maneira pela qual essas abordagens formulam políticas e prescrevem atuações faz com que a forma pela qual elas se desenrolam seja fundamentalmente diferente.

A estratégia pró-mercado baseia-se na idéia de que a liberalização dos mercados levará à alocação eficiente de recursos, bem como promover a competitividade, portanto, aumentando a produção e o crescimento. Esta idéia simples, mas venerável inspirou o chamado "Consenso de Washington" em desenvolvimento durante os anos 1980 e 1990. (Kohli, 2006)

A orientação pró-negócios, por outro lado, concentra-se no aumento da rentabilidade dos estabelecimentos industriais e comerciais estabelecidos. Ela tende a favorecer os operadores históricos e produtores. Restrições facilitando na expansão da capacidade de titulares, removendo os controles de preços e redução de impostos corporativos (todos os que ocorreram durante a década de 1980 na Índia) são exemplos de políticas pró-negócios, enquanto que a liberalização do comércio (o que não ocorreu de forma significativa até a década de 1990) é a política orientada para o mercado. (Rodrik, 2005)

Sendo assim, a estratégia pró-negócios dificultava os novos negócios e apoiava os empreendimentos já estabelecidos. Por sua vez, a estratégia pró-mercado abolia restrições para novos competidores e era considerada mais radical em sua base liberal.

A estratégia pró-negócios e os anos 1980

As mudanças na Índia no início de 1980 são, portanto, melhor descritas como pró-negócios, em vez de pró-mercado. Indira Gandhi estava menos interessada em abrir a economia e remover obstáculos à concorrência do que na obtenção de apoio político de grupos empresariais existentes. Rajiv Gandhi, que era um pouco mais propenso a liberalizar, teve de recuar quando deu um passo muito longe da linha e quando o escândalo Bofors¹ minou sua eficácia. Os principais beneficiários do crescimento foram, portanto, titulares e atividades pré-existentes, em vez de novos participantes e atividades. (Rodrik, 2005)

O que eventualmente provocou a mudança ascendente da taxa de crescimento da economia indiana por volta de 1980 foi a adoção de um novo modelo de desenvolvimento. Em vez de um modelo nacionalista de desenvolvimento da era Nehru, que foi, então, acentuado na direção populista por Indira Gandhi durante a década de 1970, foi alterado na década de 1980 – pela própria Indira Gandhi – na direção de uma aliança entre Estado e negócios para promover o crescimento econômico. Esta mudança não foi anunciada em voz alta e foi muitas vezes perdida por estudiosos, especialmente porque Indira Gandhi continuava profundamente associada com políticas socialistas. No entanto, conforme documentado a seguir, a evidência mostra que a pós-emergência Indira Gandhi era diferente: ela minimizou preocupações redistributivas e priorizou o crescimento econômico; procurou uma aliança com os grandes negócios, adotou uma postura anti-trabalho; colocou freios no crescimento de indústrias do setor público, e rebaixou a importância do planejamento econômico e da Comissão de Planejamento. Como convém à uma democracia complexa, essas mudanças surgiram aos trancos e barrancos, mas também foram muitas vezes camufladas, ajudando a manter as credenciais de Indira Gandhi como líder das massas. (Kohli, 2006)

¹ Para maiores informações sobre o Escândalo de Bofors, acesse: <http://www.webcitation.org/6Aj2j0An9>

As mudanças foram, no entanto, profundas, e envolviam uma mudança de estado esquerdista de intervenção que flertou com o socialismo, para a intervenção do Estado para a direita em que as elites governantes comprometeram-se a um caminho mais nitidamente capitalista de desenvolvimento. Alguns atores importantes dentro da Índia, especialmente aqueles detentores de grandes capitais, entenderam as mudanças e expressaram seu contentamento investindo mais e auxiliando o rápido crescimento econômico da Índia. (Kohli, 2006)

Os três componentes do novo modelo de desenvolvimento que Indira Gandhi adotou a partir de 1980 – e que foram bem desenvolvidas pelos governos posteriores – foram: a priorização do crescimento econômico como meta de Estado; apoiar os grandes negócios para atingir esse objetivo; e domar o trabalho como um aspecto necessário dessa estratégia. (Kohli, 2006)

Três mudanças são mais perceptíveis e demonstram claramente as intenções mais liberais da nova política indiana.

Primeiro, o governo retirou algumas restrições importantes que impediam grandes negócios de expandir e, indo mais longe, encorajou-os a entrar em áreas até então reservadas para o setor público. O Ato de Monopólio e Práticas Restritivas de Comércio (Lei MRTP), que efetivamente limitava o crescimento de um grande negócio, foi diluído, removendo restrições de licenciamento, e permitindo um grande negócio a expandir em setores essenciais como produtos químicos, medicamentos, cerâmica e cimento. O governo também incentivou o setor privado para entrar em áreas como geração de energia. (Kohli, 2006)

Em segundo lugar, se a expansão deveria ser incentivada, havia a questão de como financiar essa expansão. O governo inicialmente liberalizou o crédito para grandes empreendedores, mas não foi muito enfático nesta política. O governo concedia alguns benefícios fiscais para as grandes empresas para incentivar o investimento. Mais importante, o governo alterou o quadro jurídico, bem como incentivos para encorajar o setor privado a financiar novos investimentos, elevando os recursos diretamente do público. (Kohli, 2006)

Em terceiro lugar, se o setor privado deveria expandir-se rapidamente, tanto o governo nacional quanto a comunidade empresarial sentiram que o ativismo dos sindicatos deveriam ser domados. Isso foi difícil para Indira Gandhi, à luz do fato de que ela foi amplamente considerada como um líder na esquerda. No entanto, ela colocou a

"situação nacional" à frente dos interesses dos direitos trabalhistas. Greves eram cada vez mais caracterizada por Indira Gandhi como "manifestações anti-sociais da irresponsabilidade de alguns". (Kohli, 2006)

Não se pensava, contudo, em empreender uma reforma que cortasse os gastos públicos, principalmente em infraestrutura. A ideia era que esses investimentos atrairiam investimentos e não se configurariam como um empecilho para a nova política indiana.

Deixando de lado floreios retóricos, assim como uma boa quantidade de idas e vindas em políticas específicas, Rajiv Gandhi continuou as mudanças políticas iniciadas por Indira Gandhi. Ao final de seu governo mudanças significativas foram empreendidas tanto na política doméstica econômica quanto na maneira pela qual o país se ligava ao mundo. Mais significativamente, o controle estatal sob as atividades de empresas privadas indianas tais como a decisão sobre a entrada em determinados ramos de produção e a expansão dos negócios foram gradativamente reduzidos. Grupos empresariais indianos também foram agraciados com concessões significativas sobre os impostos corporativos e pessoais, bem como as garantias sobre padrões futuros de tributação. No front externo, algumas barreiras à importação foram retiradas, algumas quotas de importação foram removidas, a Rúpia (moeda nacional da Índia) foi desvalorizada. As mudanças domésticas, contudo, eram mais significativas do que as externas. (Kohli, 2006)

Os anos da década de 1980 foram, portanto, extremamente importantes para o crescimento da Índia e, de certa forma, para que o modelo liberal ganhasse espaço entre os tecnocratas, elite política e empresários. Essa política pró-negócios fortaleceu as empresas e de alguma forma remontou os moldes da década de 1970 quando acreditava-se que a indústria deveria ser auxiliada para que atingisse um patamar de competitividade tal que pudesse se sustentar em um contexto de economia aberta.

Na próxima sessão, será mostrada brevemente as condições contextuais que permitiram uma reforma mais ampla e profunda que colocou a Índia de fato na economia global enquanto economia liberal. Argumentaremos, contudo, que essa liberalização não foi a única responsável por manter o crescimento indiano, exatamente pelo que foi argumentado nesta sessão. A liberalização pode ter, talvez, sustentado o crescimento que já estava ocorrendo.

A reforma liberal

A reforma liberal, por sua vez, ocorreu em resposta a dinâmicas de ordem doméstica e externa, de igual importância. Domesticamente, a crise no balanço de pagamento fez com que a Índia recorresse ao FMI e este demandasse maiores reformas. Externamente, o mundo sem a União Soviética requeria uma nova atuação política e diplomática da Índia e essa não ocorreria sem uma reforma em seu sistema econômico. Nesta sessão, portanto, apresentaremos, primeiro, os condicionantes domésticos e depois os externos que culminaram com a reforma liberal na Índia.

O balanço de pagamentos e o FMI

No final da década de 1980, a porcentagem do comércio em relação ao seu Produto Interno Bruto (PIB) era de apenas 16% na Índia e se manteve assim até o final da década de 1990. O país havia falhado tanto em controlar o capital quanto em mudar o modelo de substituição de importações direcionado ao crescimento de exportações. Havia, também, um descompasso entre a mobilização de recursos e as despesas governamentais em um contexto de economia fechada e isso levou à crise no balanço de pagamento de 1991. (Ganguly & Mukherji, 2011)

As classes sociais pressionavam o governo a gastar mais durante os anos 1980 e isso fez com que a lacuna entre gasto e receita aumentasse ainda mais. Em 1990, o déficit fiscal era de 10% do PIB indiano e o crescimento havia diminuído². Para manter o alto gasto, o governo recorreu a empréstimos a bancos privados, mas esses estavam alarmados com o potencial relativamente alto de calote por parte do Estado Indiano. Entre Junho de 1990 e Março de 1991, o país teve sua nota de risco reduzida de A2 (boa habilidade em pagar) para Ba2 (especulativo) e isso fechou todas as possibilidades de linhas de crédito.

Essa crise, contudo, fez com que alguns membros do alto escalão do governo indiano repensassem suas posições e se tornassem favoráveis a reformas liberais. O maior exemplo desta mudança foi o relatório vazado de autoria de Montek Singh Ahluwalia de 1990 – intitulado *Towards Restructuring Industrial, Trade and Fiscal Policies*. Este relatório foi feito após visita do político à Malásia, onde esse pode

² O Gráfico 1 aponta timidamente este movimento de queda do crescimento entre 1989 e 1992

perceber que o país havia se desenvolvido bem mais rapidamente do que a Índia em um período menor de tempo. No documento, Ahluwalia traçava passos para uma reforma econômica radical na Índia e recomendava reduções tarifárias, maior liberdade de movimentação de capital, uma desvalorização de 20% da Rúpia (moeda indiana). (Ganguly & Mukherji, 2011)

O Primeiro Ministro Narasimha Rao, que tomou posse em 1991, percebeu que estava diante de uma situação única na história econômica indiana: a Guerra Fria acabara em um momento em que a Índia padecia.

Rao chamara um tecnocrata pró liberalização, Manmohan Singh (que se tornaria Primeiro Ministro em 2004) para servir enquanto Ministro das Finanças. Singh desenvolvera sua tese de doutorado em Oxford e defendera que a Índia deveria promover suas exportações. Outros tecnocratas pró liberalizações (Montek Singh Ahluwalia, Rangarajan, Rakesh Mohan e Raja Chelliah) também adquiriram importância no governo de Rao e utilizaram a crise de 1991 como um grande argumento para as reformas liberais que eram levadas à cabo à época. (Ganguly & Mukherji, 2011)

Até os industrialistas que anos antes havia se colocado contra a liberalização agora a apoiavam visto que necessitavam de empréstimos para manter a atividade de suas indústrias e importarem produtos essenciais para seus respectivos negócios e isso somente seria alcançado com empréstimos externos, dado a atual condição das finanças governamentais em 1991. Para tal, os empresários tiveram que ceder às pressões dos tecnocratas e do FMI e aceitar as reformas. (Ganguly & Mukherji, 2011)

A nova geopolítica internacional e a inserção indiana

Em primeiro lugar, a União Soviética era um importante parceiro comercial que provia ao país, em troca de outras mercadorias, petróleo, armamentos e material de defesa. Com uma forte queda nas exportações para a Rússia (após o declínio da URSS), a questão da manutenção e atualização das forças de defesa tornaram-se intimamente relacionada com a disponibilidade de divisas. Melhorar receitas de exportação e maximizar outras fontes de divisas tornou-se, assim, uma questão de segurança nacional. Embora nunca tenha sido divulgada como tal, estas questões devem ter criado um novo sentido de urgência para a "liberalização". Intimamente relacionado com isso, a desintegração da União Soviética significou também a perda de um aliado político e

militar, criando pressões para fortalecer as relações com os EUA. Melhorar as relações diplomáticas com os Estados Unidos requeria, necessariamente, uma abertura econômica para os bens e capitais norte-americanos. (Kohli, 2006)

A segunda mudança global importante que se desenvolveu ao longo dos anos 1980 foi a crescente disponibilidade de recursos investíveis - em moeda estrangeira - na forma de investimentos de portfólio. Mesmo para empresários indianos, a carteira de investimento deve ter aparecido menos ameaçadora do que investimento estrangeiro, para não falar de aquisições e fusões. (Kohli, 2006)

E, finalmente, deve ter ficado claro para os tomadores de decisão indianos de que a Organização Mundial do Comércio iria, finalmente, ser criada e que a Índia seria um signatário da OMC. Era entendido que as tarifas alfandegárias deveriam ser abolidas. (Kohli, 2006)

O resultado das reformas

Apesar de ser uma simplificação, o capital indiano estava dividido em 1980 sobre suas preferências políticas. De um lado estava a moderna e orientada para exportação Câmara de Comércio Indiana que favorecia uma maior abertura econômica. Do outro lado estava alguns empresários mais tradicionais que obtiveram grandes benefícios durante o regime do modelo de substituição de importações. Estes empresários eram representados pela Federação das Câmaras de Comércio Indianas (FICCI, em inglês) e a Assocham e eram menos propensos a aceitar a abertura econômica. (Kohli, 2006)

Quando o Congresso e o governo, com Manmohan Singh como o ministro das Finanças, anunciou a reforma de política econômica, as principais forças que apoiavam tal mudança incluíram a liderança política, a elite tecnocrática, um segmento do capital indiano e atores externos, expressando suas preferências, principalmente na forma de condicionalidades políticas definidas pelo FMI. (Kohli, 2006)

Com a retórica de uma mudança de política dramática de lado, as políticas econômicas da Índia durante a década de 1990 alteraram apenas de forma incremental, respondendo às mudanças objetivas, a pontos de vista evoluídos dos principais formuladores de políticas, e a uma variedade de pressões políticas. As primeiras reformas incluíram desregulamentação interna da indústria, tentativa domar o déficit, e uma lenta, mas constante abertura externa. A reforma de política industrial incluiu mais

desregulamentação do setor privado³, a remoção de restrições do MRTP, benefícios fiscais para as empresas, e alguns novos esforços para domar movimentos trabalhistas e ativistas da Índia. O setor privado da Índia interpretou essas mudanças políticas como a criação de uma "liberdade operacional que nunca teve antes" (Economic Times, 9 de novembro de 1991). O boom do mercado de ações que se seguiu não era não relacionado a aquilo que se considerava como uma mudança política pró-negócio. (Kohli, 2006)

A CRISE ASIÁTICA E O NÃO CONTÁGIO INDIANO

Para entendermos as motivações da inação indiana diante da crise de 1997, devemos entender as medidas tomadas pelo governo indiano e que acabaram por evitar o contágio no país. É preciso entender, conforme dito anteriormente, que a liberalização da Índia deve ser vista sob uma ótica comparada e que o governo indiano ainda mantinha muito poder de influência na economia e setor financeiros indianos. Desta forma, o país responde à crise de 1997 com medidas não liberais, intervencionistas e isso garante não só a estabilidade econômica indiana, mas também a continuidade do crescimento do país nos anos posteriores, diferentemente dos países mais afetados, que demoraram para retomar – ou até mesmo nunca retomaram – o ritmo de crescimento anterior.

A crise de 1991 parece ter ensinado duras lições para a Índia. Após 1991 a dívida externa de curto prazo estava extremamente controlada, o déficit na conta corrente era completamente administrável e o sistema de câmbio livre estava administrado. (Dua & Sinha, 2007)

Adicionalmente, o Banco de Reservas da Índia (RBI, em inglês) teve um papel estabilizador importante durante a crise. A atuação do Banco impediu que pressões especulativas levasse a uma volatilidade excessiva. Apesar de adotar um regime de câmbio flutuante, o RBI não deixava que esse flutuasse totalmente livre e adotava medidas quando a flutuação era elevada. (Dua & Sinha, 2007)

Também vale a pena notar que, enquanto as atividades de intervenção do banco central foram capazes de dar estabilidade ao mercado de câmbio da Índia, ações similares não eram possíveis em alguns dos países do Leste Asiático, devido a uma paridade fixa com o dólar. (Dua & Sinha, 2007. p. 14)

³ Com o encerramento gradativo do esquema de licenciamento

Outro ponto que impedira o contágio foi o rígido controle de capital que o governo indiano adotou durante a crise asiática. De acordo com Dua e Sinha:

saídas de capital por parte de residentes eram altamente controladas; empréstimos no exterior por empresas indianas era supervisionado pelo governo, o uso final e da maturidade dos empréstimos externos também foi tampas controladas e em geral foram definidos no endividamento externo . Os bancos não poderiam manter passivos externos sem a aprovação prévia e dívida de curto prazo não era permitido. (Dua & Sinha, 2007. p. 15)

Como resultado, essas restrições fizeram com que a taxa de câmbio indiano se mantivesse relativamente isolado da crise asiática e, portanto, o país não sofreu como as demais economias de sua região. Outro ponto igualmente importante a ser levantado é o fato de que os laços comerciais entre os países do Leste Asiático (Tailândia, Malásia, Coreia do Sul, Indonésia, Filipinas, China, Hong Kong, Cingapura, Japão e Taiwan) e a Índia não eram muito fortes. (Dua & Sinha, 2007)

Podemos perceber, portanto, que a Índia não foi muito afetada com a crise de 1997 tanto por conta de suas próprias ações (intervencionismo governamental no regime cambial e no fluxo de investimentos) e também pelo fato de que não tinha, dentre países mais afetados, um parceiro preferencial ou importante. Este segundo ponto se dá por uma razão simples: à época, a Índia priorizava o comércio com os EUA e com a Europa. Conforme dito anteriormente, uma das razões pelas quais o país se viu obrigado a empreender reformas liberalizantes foi o fato de ter perdido o principal parceiro econômico e político (União Soviética) e ter tido a necessidade de suprir esse relacionamento com grandes potências. Desta forma, portanto, o país comercializava muito mais com países do centro do que outras periferias, mesmo que estas estivessem crescendo a ritmos estratosféricos.

A CRIAÇÃO DO G20

Durante a reunião do G8, em Setembro de 1999, os países do Grupo sinalizaram a importância de se criar um ambiente onde países desenvolvidos e emergentes poderiam debater sobre questões econômicas internacionais. Tais anúncios marcaram o nascimento

do Grupo dos Vinte, ou G20, que seria composto por: Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, China, França, Alemanha, Índia, Indonésia, Itália, Japão, Coreia do Sul, México, Rússia, Arábia Saudita, África do Sul, Turquia, Reino Unido, Estados Unidos, União Europeia, além do Diretor do FMI, o presidente do Banco Mundial, em conjunto com os presidentes do Comitê Monetário e Financeiro Internacional e o Comitê do Desenvolvimento. Em conjunto, os países possuem mais de 80% do PIB mundial e dois terços da população mundial.

A grande motivação para a criação do Grupo foi a crise de 1997, que teve início na Tailândia, e que se intensificou e se espalhou nos dois anos seguintes para as grandes economias da Ásia e, depois, para a Rússia e América Latina. Além disso, a criação do Grupo demonstra as mudanças na economia global, onde países outrora menos desenvolvidos começaram a se desenvolver de maneira rápida e não poderiam ser alijados dos processos decisórios da economia internacional. Outro ponto que demonstra a necessidade de se criar um ambiente de diálogo econômico mais amplo entre os países é a maior integração entre os mercados mundiais, que torna impossível a polarização das decisões, exigindo, assim, cursos de ação coordenados de forma multilateral. (G20, 2007)

É importante ressaltar que o G20 não seria um fórum que tomaria decisões. Ao contrário, a ideia seria ajudar a articular posições e moldar a agenda econômica internacional. Um outro objetivo era “servir de exemplo” para os demais países na adoção de políticas que viabilizassem a recuperação dos países em tempos de crise. Além disso, o G20 seria o local para definir medidas que evitassem novas crises, ou, no mínimo, diminuísse os efeitos maléficos da mesma. (G20, 2007)

A ÍNDIA E O G20

Desde suas reformas liberais e após experimentar uma boa sequência de crescimento, a Índia vem ganhando maior destaque no cenário internacional. O país estava incluído no processo de Heiligendamm - movimento realizado pelo G8, onde o fórum convidou 5 países para juntarem-se às discussões. Com participação ativa em diversos fóruns internacionais, o país foi chamado, em 1999, para compor o G20 financeiro. Desde então, de acordo com Rathinam e Shome (2011), o país vem tentando, dentro do arranjo institucional do fórum, alcançar alguns objetivos, quais sejam:

1. Reequilíbrio da governança global através da reforma das instituições financeiras globais;
2. Reformar o sistema financeiro e monetário global e criar mecanismos para fornecer maior segurança ao sistema;
3. Diminuir os desequilíbrios globais;
4. Garantir linhas de financiamento e crédito para a exportação de países em desenvolvimento;
5. Combater medidas protecionistas e;
6. Ampliar a agenda internacional para incluir questões de desenvolvimento;

Nas cúpulas de Washington e Londres, realizadas em 2008 e 2009, respectivamente, o Primeiro Ministro indiano, Manmohan Singh, afirmou, categoricamente, que, agora, a Índia foi recebida como um parceiro, e não como um pedinte. Ainda em Londres, o país votou em favor de um esforço conjunto para lutar contra a recessão global a partir de estímulos fiscais e monetários, argumentando que os riscos estariam em se fazer pouco, e não em se fazer muito. Adicionalmente, o país apoiou um aumento das cotas do Fundo Monetário Internacional (FMI), bem como o número de países que contribuem para o Fundo. Isso, certamente, implicaria em uma reforma nos processos de votação.

Os documentos finais da cúpula de Londres indicavam claramente que as aspirações indianas seriam ouvidas e levadas a sério. Um jornalista indiano comparou o *communiqué* aemitido pelo G20 com um discurso de Singh, proferido um dia antes na residência oficial do Primeiro Ministro Britânico, e chegou a conclusão que grande parte do que o Primeiro Ministro Indiano havia dito, assim como suas propostas para a cúpula do G20, constavam no documento acima referido. A atuação do país no fórum, contudo, tinha pouco impacto interno, onde os *policy-makers* domésticos da Índia não se entusiasmavam no fórum. O encontro de Londres não foi noticiado nas redes de televisão indiana, as propostas não foram debatidas pelos *think-thanks* ou pelo parlamento do país. (COX, 2010)

De acordo com Cox (2010):

a atuação da Índia no G20 é análoga a sua atitude em relação ao GATT. Ela é uma das fundadoras do GATT, mas não era um membro ativo até a oitava

rodada de comércio. O país estava interessado apenas em preservar sua liberdade para proteger suas indústrias em nome de sua política de substituição de importações. (COX, 2010. p. 3)

Na cúpula de Pittsburgh, em 2009, a Índia continuava a pressionar por uma nova arquitetura do sistema financeiro internacional, onde países emergentes pudessem desempenhar um papel de destaque no processo decisório de arranjos institucionais formais. De acordo com o país, esse processo iria garantir que a arquitetura do sistema financeiro internacional, que, assim como agora, passa por uma grande crise, fosse mais equilibrada e mais resiliente à futuras crises, além de ser a maneira mais eficaz de se desenvolver alternativas para a saída da crise. Além disso, a forte oposição às barreiras protecionistas impostas por alguns países figurava como parte central do posicionamento indiano no fórum. “Nós gostaríamos que a Cúpula de Pittsburgh garantisse que essa crise, que é o resultado da falha de regulação do mercado internacional no mundo desenvolvido, não se repita”, afirmou a Secretária Indiana de Assuntos Internacionais, Nirupama Rao. “Nós nos mantemos contra toda e qualquer forma de protecionismo”, acrescentou. (THAINDIAN NEWS, 2009)

Adicionalmente, a Índia se comprometeu em investir aproximadamente US\$ 10 bilhões no FMI, como parte de um grande impulso para a resolução da crise, além de pressionar para que o Fundo se comprometa em auxiliar países afetados pela crise atual. (THAINDIAN NEWS, 2009)

Na cúpula de Toronto, em 2010, Nirupama Rao afirmou que a Índia gostaria de debater temas como a recuperação global, seus prospectos futuros e desafios; desenvolver um curso de ação que levaria para um crescimento balanceado e sustentável; a reforma das instituições financeiras internacionais; o protecionismo e a reforma dos mecanismos de regulação financeira. À época, o senhora Rao já afirmava que “o dinamismo e a importância do G20 têm aumentado desde o encontro em Pittsburgh, onde o fórum ganhara o status de líder na cooperação econômica internacional”. (ONEINDIA NEWS, 2010)

Um ponto muito importante para a Índia era, àquele momento, que a Cúpula fizesse uma revisão do que foi acordado em outras cúpulas. Isso porque, na opinião de Rao e da delegação indiana, essa atitude permitiria ao fórum avaliar seu desempenho e definir cursos de ações para o futuro. Paralelamente à essa ação, a Reunião de Ministros, na

opinião da Índia, deveria abordar temas como a criação de um “entendimento mútuo sobre as causas da crise econômica e financeira global, a reafirmação do comprometimento com a estabilidade e crescimento econômico e desenvolver princípios mútuos para a reforma dos mercados financeiros”. (ONEINDIA NEWS, 2010)

Em Seul, ainda em 2010, a Índia se reuniu com o Presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, para lidar com questões comerciais bilaterais. Ainda, o país tinha a expectativa de que a Cúpula pudesse dar um novo rumo nas negociações da Rodada de Doha, da Organização Mundial do Comércio, e indicou que iria negociar com países chaves (Brasil, EUA entre outros) sobre a questão. (ONEINDIA NEWS, 2010b)

Além disso, o país enfatizou que a guerra cambial travada entre a China e os EUA, pela desvalorização de suas moedas, poderia levar a economia mundial a uma turbulência ainda maior. Ademais, o país voltou a insistir que o protecionismo deveria ser abolido das relações comerciais. Na ocasião, a Índia afirmou que o investimento em infraestrutura deveria ser encorajado em países menos desenvolvidos como uma forma de superar essa barreira. (LIVE INDIA, 2010)

Em 2011, na Cúpula de Cannes, a Índia tinha quatro grandes objetivos, a saber: (1) evitar o protecionismo na economia internacional; (2) lidar com a questão dos paraísos fiscais e fluxo de capital ilícito; (3) progredir no Processo de Avaliação Mútua (PAM) e (4) construir relações pessoais para o doutor Singh. Um quinto objetivo, que não possuiu a mesma força que os outros quatro, era a menção, que já havia sido feita na Cúpula anterior, sobre a questão da infraestrutura como mecanismo para o desenvolvimento de países mais pobres. (KABIR, 2011)

Em relação ao primeiro objetivo, o Primeiro Ministro Indiano pressionou o G20 para que o fórum lidasse com cursos de ação para garantir um crescimento econômico sustentável, um comércio liberalizado, trabalhos e proteção social. Para tanto, Singh afirmou que o livre comércio, baseado em regras específicas e acordadas multilateralmente figurariam como a base para que àqueles objetivos fossem alcançados. O *communiqué* expressou a preocupação dos líderes mundiais em relação ao protecionismo e conclamava a todos a abolirem as barreiras anticompetitivas em seus países. (KABIR, 2011)

Sobre o segundo objetivo, a Índia pressionou os Estados membros do G20 a tomarem medidas internas severas em relação ao combate de paraísos fiscais e ao impedimento de fluxos ilícitos de capital. Além disso, o país clamou por maior

transparência nas informações financeiras fornecidas pelos países do fórum. Na declaração final, o G20 levantou a importância dessa medida para o combate dessas questões. Além disso, o documento urgia para que os Estados aderissem aos padrões internacionais de taxas e na área de combate à lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo. (KABIR, 2011)

No que se refere ao terceiro objetivo, o G20 dispõe de um mecanismo que junta esforços para coordenar políticas macroeconômicas entre os países do fórum, chamado Processo de Avaliação Mútua, que tem por objetivo criar um ambiente para um crescimento sustentável.

Co-presidida pela Índia (e Canadá), [o PAM] é incumbido de encontrar um acordo sobre as novas regras [financeiras internacionais], além de compartilhar encargos de ajuste. Implementada através do Grupo de Trabalho sobre Crescimento Sustentável e Equilibrado do G20, seus membros têm a tarefa de encontrar um consenso sobre as medidas de alerta e procedimentos de prevenção de crise, bem como as medidas de ajuste para os países com superavit e déficit. (KABIR, 2011. s/p)

Os indianos acreditavam que a Cúpula de Cannes tinha dois grandes desafios, a saber: (1) garantir aos mercados que medidas adequadas estavam sendo tomadas para garantir a estabilidade da Zona do Euro e (2) que o G20 tinha que mostrar o progresso do PAM. Dado o grande número de temas a serem abordados durante a Cúpula, esses temas não figuraram como centrais em Cannes e não tiveram, portanto, nenhuma cláusula direta na declaração final. (KABIR, 2011)

Com relação ao quarto objetivo, a ideia era fazer com que o Primeiro Ministro Indiano pudesse se aproximar de outros líderes, em especial do anfitrião da reunião, o então Presidente Nicolas Sarkozy. Os indianos acreditavam que uma relação mais próxima dos líderes de países mais desenvolvidos poderia trazer bons frutos para o projeto de desenvolvimento (político e econômico) indiano. Esse objetivo, contudo, não pode ser alcançado, visto que Sarkozy praticamente ignorou Singh, ao remarcar diversas vezes uma reunião entre os dois líderes; reunião essa que acabou não ocorrendo. (KABIR, 2011)

Na última reunião do G20, em Los Cabos, México, a Índia teve um papel importante ao chamar os líderes europeus a assumirem suas responsabilidades em

encontrar soluções para a crise da Zona do Euro. De acordo com Singh, a demora em solucionar a crise está afetando países mais pobres, que, de acordo com sua visão, não devem ser prejudicados pela inação dos europeus. Além disso, a Índia levou a proposta de que medidas de austeridade, sozinhas, não serão suficientes para solucionar os distúrbios da economia internacional, principalmente da Zona do Euro. Para Singh, que é economista de formação, uma combinação de austeridade com crescimento deve ocorrer, onde os dois pontos tenham igual importância. (THE HINDU, 2012)

Um outro ponto considerado de sucesso para a Índia foi a inclusão, na Declaração Final da Cúpula, da importância do investimento em infraestrutura para o desenvolvimento de países mais pobres. Esse tem sido, conforme dito anteriormente, uma constante proposta do país. (THE HINDU, 2012)

DA INAÇÃO AO ENGAJAMENTO: UMA ANÁLISE DOS CONDICIONANTES ESTRUTURAIS E DOMÉSTICOS E A ATUAÇÃO INDIANA NAS CRISES DE 1997 E 2008

Conforme analisados e demonstramos nas sessões anteriores, a Índia se demonstrou muito mais disposta a fazer parte dos debates para solucionar a crise de 2008 do que a de 1997, mesmo que esta última tenha sido geograficamente próxima de si. Para emprendermos nossa análise, iremos elencar alguns elementos de natureza doméstica e estruturam (externa) para este comportamento.

Nos parágrafos a seguir, abordaremos uma análise progressiva, onde partiremos por particularidades da economia indiana chegando até o tipo das crises de 1997 e 2008, passando pela percepção que os atores tinham da Índia nos dois períodos.

Em primeiro lugar, o país, em 1997, acabara de se integrar com o sistema financeiro e econômico liberal global, mas em termos relativos. Como vimos, o aparato estatal ainda era altamente regulador e centralizador na economia indiana. Sendo assim, o fato de que a Índia pouco sofreu, ou até pouco poderia sofrer – dado sua recente adesão ao sistema econômico internacional – e somado ao fato de que nenhum dos países afetados era parceiro preferencial ou importante para o país possuía poucos incentivos para engajar-se.

Já em 2008, o país encontra-se mais integrado ao sistema financeiro e econômico liberal global e, mais importante, possui diversos parceiros comerciais. Isso faz com que

o potencial de contágio de uma crise na economia indiana seja maior e gera, portanto, mais incentivos para o país tomar parte nos debates. Como vimos, o país tem tido um papel de relativo destaque no G20, enquanto que em 1997 não obteve esse destaque em nenhum fórum internacional. Ademais, o país experimentou taxas de crescimento invejáveis e isso fez com que sua economia tivesse maior impacto no sistema internacional.

Foi exatamente esta pujança econômica que tornou a Índia um ator legítimo no debate de 2008 em contraposição ao debate de 1997. Apesar de ter crescido constantemente desde 1970, em 1997 o país não era visto pelos países do centro enquanto um ator relevante e que, portanto, devesse ser ouvido nos grandes debates internacionais. Sendo assim, o peso relativo do país na época da crise asiática era muito menor do que o peso que o país tem atualmente. Sendo assim, além da Índia não ter incentivos domésticos para tomar parte nos debates, em 1997 ela também não era chamada para tais; situação oposta nos dias atuais.

Outro ponto que deve ser levado em consideração é o tipo de cada crise analisada aqui. Enquanto que a crise de 1997 era uma crise da semi-periferia, a de 2008 ocorre no centro. Isto é importante porque a consequência dessas crises gera incentivos para determinados países agirem ou não nesses contextos.

Em 1997, a análise era que o modelo neo-liberal estava correto e que foi a inadequação dos países afetados que gerou a crise. Como resposta, então, temos a reificação desse modelo, onde o centro dispõe de um poder muito maior do que a semi ou a periferia. A Índia, portanto, não via espaço para inserir-se e tentar ganhar espaço e voz nas bases de poder do sistema.

Em 2008, contudo, a crise afeta sobremaneira os países do centro, fazendo com que o modelo em si seja repensado. Apesar de não oferecer uma alternativa ao modelo neo-liberal, os países ditos como emergentes percebem que o momento pode ser bom para tentar angariar mais poder no sistema. A Índia, portanto, decide que ter papel de destaque – principalmente relativamente ao papel que teve em 1997 – seria uma boa estratégia para alcançar seus objetivos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou situar a Índia no sistema financeiro e econômico liberal global,

mostrando como o país empreendeu reformas que levasse à liberalização de sua economia, bem como tentou demonstrar como país atuou em dois momentos distintos porém igualmente importantes para a economia internacional.

Certamente que outras variáveis podem ser elencadas para explicar a inação em um primeiro momento e o engajamento em um segundo momento, mas estas seriam, a nosso ver, as mais importantes e, talvez, as principais.

Em relação à terceira parte de nossa análise – acerca do tipo das crises e a resposta que emergiu de cada uma – não queremos fazer uma leitura anacrônica da história, afirmando simplesmente que o país não percebeu, em 1997, a chance de angariar mais poder para si no sistema internacional; inversamente, nossa explicação multinível coloca freios e contrapesos em cada parte da análise e não deve ser tomada separadamente para entender o todo que nos propusemos a explicar.

REFERÊNCIAS

BERY, Suman. **India still needs a WTO**. In: Business Standar. Disponível em < http://www.business-standard.com/article/opinion/suman-bery-india-still-needs-a-wto-111121300041_1.html > Acesso em 20/04/13

COX, Simon. **India and the G20: enjoy the silence**. In: India in the G20: Macroeconomic Policy Coordination, Regulation and Global Governance. Center for Economic Policy Research: London.

DUA, Pami & SINHA, Arunima. **East Asian Crisis and Currency Pressure: the case of India**. Center for Development Economics. New Delhi School of Economics. 2007.

G20. **The Group of Twenty: A History**. In: G20. < www.g20.utoronto.ca/docs/g20history.pdf > Acesso em: 26 de março de 2013.

OGDEN, Chris. **International 'aspirations' of a rising power**. In: India Handbook of International Relations. London: Routledge. 2011

KABIR, Mabruk. **2011 Cannes Summit Performance Assessment: India**. In: G20 Information Center. Toronto: Universidade de Toronto. Disponível em < <http://www.g20.utoronto.ca/analysis/111114-cannesperf-india.html> > Acesso em 01/09/12

KOHLI, Atul. **Politics of Economic Growth in India 1980-2005**. In: Economic and Political Weekly. 2006.

LIVE INDIA. **G20 Seoul summit: India cautions against protectionism.** Disponível em < <http://liveindia.tv/business/g-20-seoul-summit-india-cautions-against-protectionism/> > Acesso em 04/05/13

RODRIK, Dani & SUBRAMANIAN, Arvind. **From “Hindu Growth” to Productivity Surge:** the mystery of the Indian Growth Transition. In: IMF Staff Papers. Vol 52, Num 2. International Monetary Fund: 2005.

THE HINDU. **India makes a telling presence at G20 meet.** Disponível em < <http://www.thehindu.com/news/national/article3548826.ece> > Acesso em: 04/05/13